



BEM VINDOS!

PPA Passo a Passo (parte 1)

23 de Abril Horário: 09:00 às 12:00

- 1 Plano Plurianual: Previsão Constitucional
- 2 Plano Plurianual: LRF e os princípios fundamentais
- 3 Plano Plurianual/princípio de planejamento: Elaboração de Projetos de Lei
- 4 Conteúdo Mínimo do PPA: Objetivos das disponibilidades financeiras
- 5 As Metas do Plano Plurianual
- 6 A compatibilidade entre PPA com a LDO e a Lei Orçamentária Anual
- 7 Audiências públicas: Princípio da transferência administrativa
- 8 Metodologia de Elaboração do PPA e sua execução
- 9 Avaliação e acompanhamento dos objetivos e metas
- 10 Compatibilidade do PPA com as normas do Tribunal de Contas do Estado
- 11 PPA na prática, layout de montagem

1 Plano Plurianual: Previsão Constitucional

Contexto Histórico e Constitucional do Plano Plurianual (PPA)



Origem e Antecedentes Históricos do PPA

Origem Constitucional

Instituído pela Constituição de 1988 no art. 165, §1º.

Define planejamento regionalizado para despesas e programas públicos.

Antecedentes Históricos

- **Plano de Metas (1950, governo JK)**
- **Planos Nacionais de Desenvolvimento (60-70, regime militar)**
- **Planos Plurianuais de Investimentos pré-1988**
- **Eram centralizados e sem previsão constitucional.**

○ **Plano Plurianual (PPA)** tornou-se **obrigatório para estados e municípios** com a **Emenda Constitucional nº 34, de 2001**.

◇ **Antes de 2001:**

A Constituição Federal de 1988 determinava o PPA **apenas para a União** (art. 165), mas os estados e municípios **adotavam ou não** por decisão própria ou com base em suas Leis Orgânicas.

◇ **Após a EC nº 34/2001:**

A emenda alterou o **artigo 165** da Constituição para deixar claro que **União, estados, Distrito Federal e municípios** devem elaborar seus **respectivos PPAs, LDOs e LOAs**, respeitando a forma como essas leis são feitas conforme cada esfera de governo.

Essa mudança consolidou a obrigatoriedade do planejamento de médio prazo **para todas as esferas de governo**, reforçando a lógica do ciclo orçamentário como uma exigência constitucional também para os **municípios, inclusive os de pequeno porte**.

Leis e Regulamentação do PPA



Lei nº 4.320/1964

**Base do
planejamento
orçamentário
formal no Brasil.**



**Lei de Responsabilidade
Fiscal (LC 101/2000)
Exige metas fiscais,
transparência e disciplina na
execução.**



Compatibilização e Avaliação

Integra PPA, LDO e LOA, com avaliação periódica dos programas

Aplicabilidade, Evolução e Vigência do PPA

Aplicabilidade

**Exigido para União, estados,
Distrito Federal e municípios.**

Evolução

- **Adaptação a capacidades técnicas municipais**
- **Integração com orçamento é crucial**
- **Instrumento estratégico, não burocrático**

Vigência

Dura 4 anos, iniciando no 2º ano do mandato e termina no 1º do seguinte.

Garante continuidade administrativa.

2 Plano Plurianual: LRF e os princípios fundamentais

A Lei de Responsabilidade Fiscal

2000

Ano de Criação

Lei Complementar nº 101/2000

100%

Abrangência

Todos os entes da federação

3

Pilares Essenciais

Equilíbrio, transparência e controle

A LRF estabelece normas para finanças públicas equilibradas. Ela garante transparência e responsabilidade na gestão fiscal.

Conexão entre PPA e LRF



Metas e Indicadores

Resultados mensuráveis



Realidade Fiscal

Planejamento coerente com recursos



Monitoramento

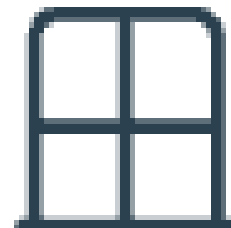
Avaliação contínua da execução

A LRF fortalece o papel do PPA. O Plano Plurianual deixa de ser simbólico. Torna-se uma peça estratégica e obrigatória para a gestão.

Princípios da LRF no PPA

Planejamento

Primeiro elo da cadeia orçamentária



Transparência

Acesso público aos programas e resultados

Avaliação

Acompanhamento de metas e eficiência



Equilíbrio

Compatibilidade com receitas disponíveis

Mesmo municípios pequenos devem ter metas mensuráveis. A LRF deu força legal ao planejamento público. O PPA tornou-se base para controle e resultados.

3 Plano Plurianual/princípio de planejamento: Elaboração de Projetos de Lei

O Princípio do Planejamento no PPA

O planejamento é fundamental na administração pública. Ele garante eficiência e economicidade dos recursos.

Fundamentos do Planejamento no PPA



Princípio Básico

Toda ação governamental deve ser previamente planejada para garantir eficiência e economicidade.



Base Legal

Constituição Federal (art. 165), Lei nº 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).



Instrumentos Coordenados

PPA, LDO e LOA devem estar alinhados e formalizados por lei.



Etapas de Elaboração do PPA

Diagnóstico Inicial

Análise de dados sociais, econômicos e financeiros do município. Base para decisões futuras.

Diretrizes e Programas

Definição de eixos estratégicos e construção de programas com metas mensuráveis.

Estimativas e Participação

Previsão de custos, alinhamento com instrumentos orçamentários e consulta à população.

Formalização Legal

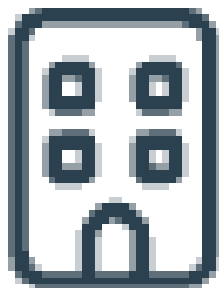
Envio do Projeto à Câmara Municipal até 31 de agosto do primeiro ano de mandato.

Projeto de Lei do PP



Transparência e Controle

Promove gestão transparente e facilita controle social



Estrutura Adequada

Contém justificativa, diretrizes e programas temáticos



Detalhamento Técnico

Apresenta objetivos, indicadores, metas e fontes de financiamento

Um bom projeto de lei do PPA garante continuidade administrativa e qualifica a gestão pública local, mesmo em municípios pequenos.

4 Conteúdo Mínimo do PPA: Objetivos das disponibilidades financeiras

O planejamento orçamentário eficiente exige conhecimento técnico e metodológico. Este material orienta gestores públicos sobre a importância das disponibilidades financeiras no PPA.





O que são "disponibilidades financeiras"?

Receitas

Recursos previstos e arrecadados, incluindo transferências constitucionais e voluntárias.

Saldos Anteriores

Recursos remanescentes de exercícios passados que podem ser incorporados ao orçamento atual.

Limitações Legais

Vinculações constitucionais e legais que restringem a alocação dos recursos disponíveis.

A relação com os objetivos do PPA



Planejamento Responsável

O PPA não pode ser uma carta de intenções desconectada da realidade financeira.



Metas Compatíveis

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige compatibilidade entre metas e recursos.



Fontes de Financiamento

Cada objetivo deve ter sua fonte de recursos claramente identificada.



Viabilidade

A correlação entre objetivos e recursos garante realismo e transparência.

Conteúdo Mínimo do PPA



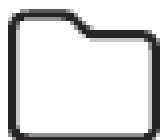
Diretrizes

Orientações gerais da gestão pública



Objetivos

Resultados esperados para a sociedade



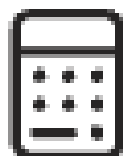
Programas

Conjunto de ações com metas definidas



Ações

Iniciativas específicas dentro de cada programa



Disponibilidades Financeiras

Base real para projeção de ações e metas

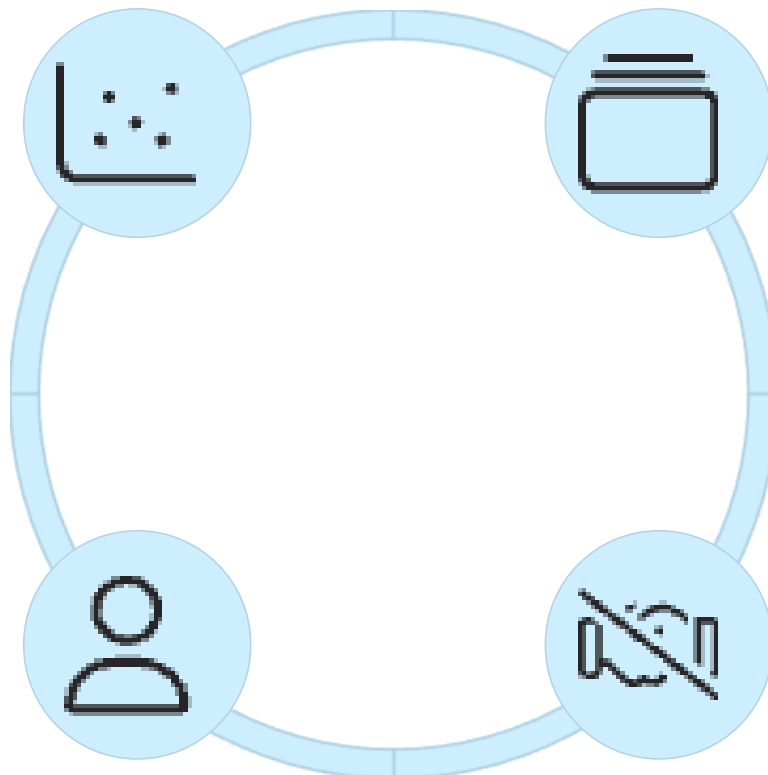
Dicas Práticas para Municípios Pequenos

Cenários Realistas

Trabalhe com projeções financeiras baseadas em dados concretos e tendências verificáveis.

Impacto Social

Priorize áreas com maior impacto social e capacidade local de execução efetiva.



Execução Anterior

Use dados da execução orçamentária de anos anteriores como referência para novas projeções.

Programas Existentes

Integre ações municipais com programas federais e estaduais já em funcionamento.



5 As Metas do Plano Plurianual

Compromissos Mensuráveis

As metas do PPA são compromissos quantificáveis que devem ser alcançados durante os quatro anos de vigência do plano.



Estrutura Básica de uma Meta



Objetivo

Melhorar a qualidade da educação infantil



Indicador

% de crianças de 4 a 5 anos matriculadas



Metas Anuais

2026: 85% | 2027: 90% | 2028: 95% | 2029: 100%

Metas na Educação

Meta

Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental de 5,0 para 6,0 até 2029.

Indicador

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Fonte

INEP

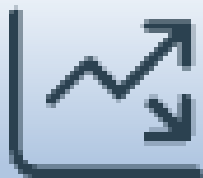


Metas na Saúde



Meta

Reduzir a taxa de mortalidade infantil de 12 para 8 por mil nascidos vivos até 2029.



Indicador

Taxa de mortalidade infantil



Fonte

SINASC/SIM (Datapus)

Metas na Assistência Social

500

Famílias Atendidas

Atendimento atual no CRAS

900

Famílias Meta

Atendimento a ser alcançado

80%

Aumento

**Crescimento planejado
no atendimento**



Situação Atual

10% de coleta
seletiva de
resíduos



Meta Final

40% até 2029



Indicador

Proporção de
recicláveis
coletados
separadamente



Fonte

Secretaria Municipal
de Meio Ambiente



Metas no Meio Ambiente

Metas na Infraestrutura Urbana



2026

50% das vias urbanas do bairro X pavimentadas



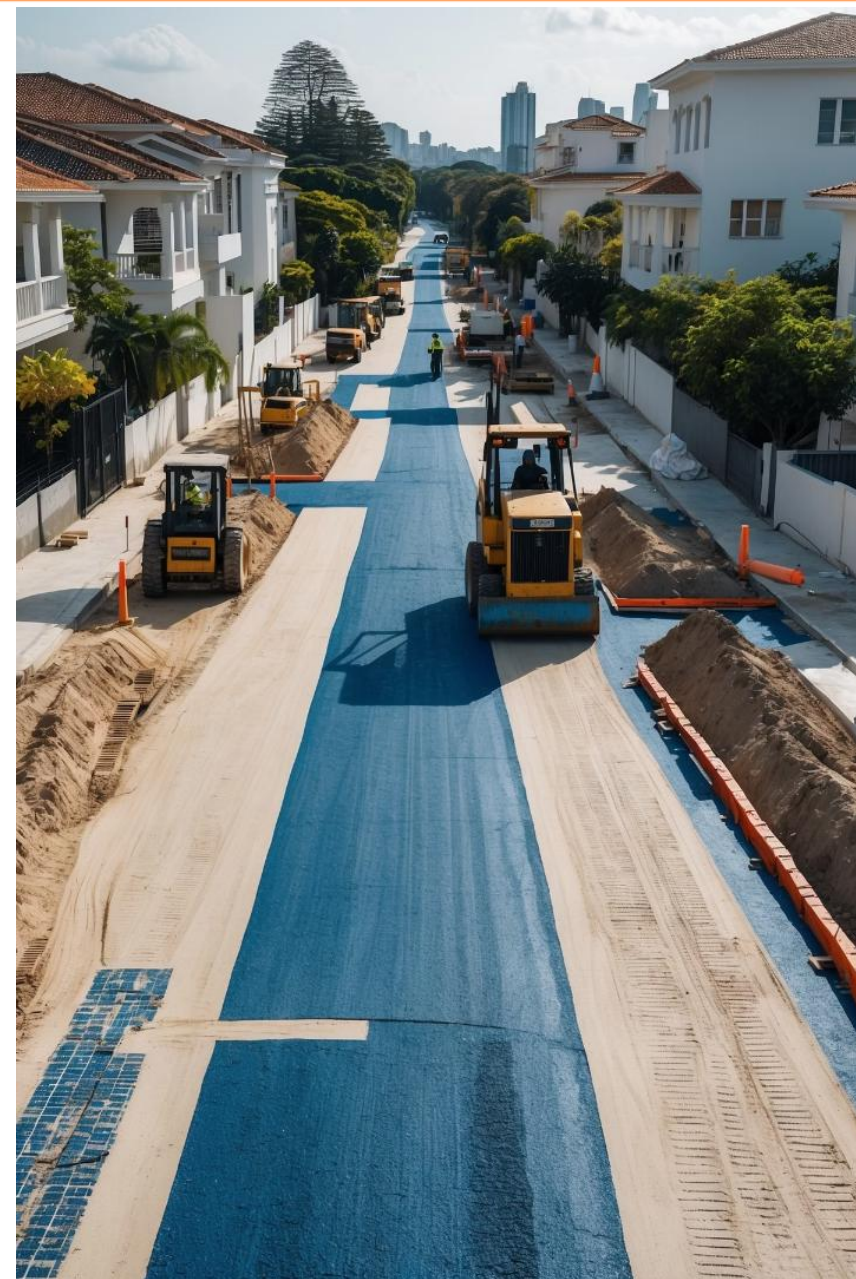
2027

70% das vias urbanas do bairro X pavimentadas

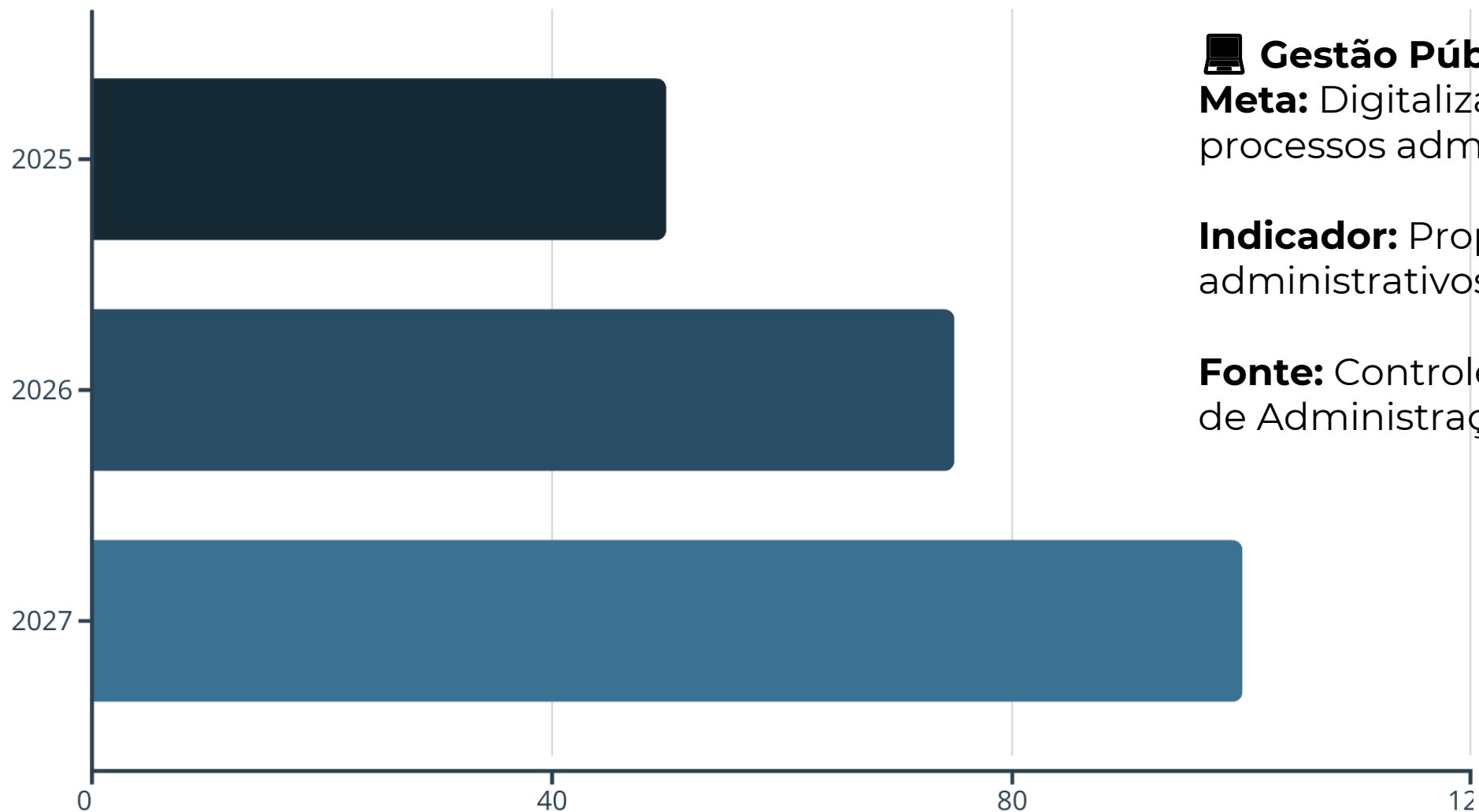


2028

100% das vias urbanas do bairro X pavimentadas



Metas na Gestão Pública



Gestão Pública

Meta: Digitalizar 100% dos processos administrativos até 2027

Indicador: Proporção de processos administrativos digitais

Fonte: Controle Interno / Secretaria de Administração

Dicas para Construir Boas Metas



Indicadores Mensuráveis

Use métricas precisas e com fonte confiável de dados.



Valores Realistas

Defina metas progressivas e alcançáveis ao longo do tempo.



Integração e Monitoramento

Acompanhe anualmente e ajuste quando necessário.



Alinhamento com LOA

Integre as metas com o orçamento anual.





6 A compatibilidade entre PPA com a LDO e a Lei Orçamentária Anual

Instrumentos de Planejamento Orçamentário no Brasil

O planejamento orçamentário brasileiro se estrutura em três instrumentos complementares e hierárquicos.

Cada um possui um papel específico na gestão dos recursos públicos.

Aplicação Prática da Compatibilidade Orçamentária



PPA: Programa "Educação para Todos"
Define a meta de ampliar vagas na educação infantil.



LDO: Prioridades Anuais
Estabelece a construção de creches como prioridade.



LOA: Execução Orçamentária
Aloca recursos específicos para a construção das creches.

Este exemplo demonstra como os três instrumentos se integram.
O ciclo começa com o planejamento estratégico no PPA.
Finaliza com a execução concreta através da LOA.

7 Audiências públicas: Princípio da transferência administrativa

A transparência na gestão pública é fundamental para o exercício da democracia. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que audiências públicas sejam realizadas durante a elaboração dos instrumentos orçamentários.

Este princípio está garantido no Art. 48 da LRF, assegurando a participação cidadã nas decisões financeiras do Estado.

Objetivos das Audiências Públicas



Democratização Orçamentária

Garantir que a sociedade civil seja ouvida, promovendo a inclusão de diferentes perspectivas.



Transparência Fiscal

Tornar públicos os critérios de alocação de recursos financeiros e as prioridades de gastos.



Controle Social

Permitir que a população acompanhe e influencie os programas e ações governamentais.

Identificação de Demandas



Captar as necessidades específicas da população local para melhor direcionamento de recursos.



Integração com as Peças Orçamentárias



PPA

Consulta pública sobre programas governamentais de médio prazo (4 anos).

Cidadãos podem sugerir prioridades para diferentes setores da administração pública.



LDO

Debates focados nas prioridades para o próximo exercício fiscal.

Define metas e objetivos que orientarão a elaboração da LOA.



LOA

Audiências para validar projetos e ações específicos com seus recursos.

Última etapa para ajustes nas alocações orçamentárias antes da execução.

Exemplo Prático de Aplicação

Identificação da Necessidade

Em audiência pública do PPA, comunidade rural destaca necessidades da agricultura familiar.



Viabilização na LOA

Alocação de recursos específicos para as ações de fortalecimento da agricultura familiar.



Inclusão no PPA

Criação de programa específico com metas e indicadores para o setor.



Priorização na LDO

Programa é incluído como prioridade para o próximo ano fiscal.

Este exemplo demonstra como a participação popular em audiências públicas se transforma em políticas concretas com recursos garantidos no orçamento.

8 Metodologia de Elaboração do PPA e sua execução

O Plano Plurianual (PPA), instrumento fundamental para o Oplanejamento governamental brasileiro. O PPA define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, servindo como base para os orçamentos anuais.

A estrutura básica e os processos de execução e acompanhamento do PPA municipal. Este material servirá como referência para gestores públicos e técnicos que atuam no planejamento estratégico municipal.

Compreender o ciclo completo do PPA é essencial para garantir uma gestão pública eficiente, transparente e alinhada com as demandas da sociedade

Etapas da Elaboração do PPA



Preparação e Planejamento

Formação de comissão técnica, levantamento de dados socioeconômicos e definição de eixos temáticos prioritários para o município.



Participação Social

Realização de audiências públicas e consultas comunitárias para coleta de demandas e estabelecimento de prioridades junto à população.



Definição de Programas

Estruturação em programas finalísticos e de apoio, contendo objetivos, indicadores, metas e ações específicas.



Redação e Consolidação

Organização técnica dos conteúdos e envio à Câmara Municipal até 31 de agosto do primeiro ano de mandato.

Estrutura e Monitoramento do PPA

Estrutura Básica

O PPA se organiza hierarquicamente em elementos interconectados:

- Eixos: grandes áreas temáticas de atuação
- Programas: conjuntos de ações integradas
- Objetivos: resultados pretendidos
- Indicadores: medidas de desempenho
- Metas: valores-alvo a serem atingidos
- Ações: projetos ou atividades com dotação na LOA

Execução e Acompanhamento

A implementação efetiva depende de:

- Integração com LDO e LOA para operacionalização
- Monitoramento contínuo dos indicadores e metas
- Revisões anuais e ajustes quando necessário
- Transparência na divulgação de resultados
- Participação ativa dos conselhos municipais

O sucesso do PPA depende não apenas de sua elaboração técnica adequada, mas também de um processo contínuo de monitoramento e avaliação. A transparência na divulgação dos resultados e a manutenção dos canais de participação social são fundamentais para garantir que o plano permaneça relevante e efetivo ao longo de seu ciclo de execução.

9 Avaliação e acompanhamento dos objetivos e metas

Apresentamos metodologias e ferramentas práticas para o efetivo acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) em municípios brasileiros. Direcionado a gestores públicos e técnicos de planejamento, oferecemos orientações para transformar o planejamento estratégico em entregas concretas à população, garantindo transparência e eficiência na gestão pública municipal.



Por que Avaliar e Acompanhar o PPA?



Medição de Resultados

Permite quantificar o impacto das políticas públicas e programas governamentais, verificando se as metas estabelecidas estão sendo alcançadas conforme o planejado.



Ajuste de Prioridades

Possibilita a realocação de recursos e esforços conforme as necessidades identificadas durante a execução, otimizando a gestão orçamentária municipal.



Correção de Desvios

Identifica problemas na implementação de políticas públicas, permitindo intervenções corretivas antes que os objetivos sejam comprometidos.



Transparência na Prestação de Contas

Fornece informações concretas para a prestação de contas à sociedade, fortalecendo a confiança no poder público e cumprindo requisitos legais de transparência.

Exemplo Prático: Programa de Educação

Programa e Objetivo



Valorização da Educação Básica com foco em melhorar o desempenho dos alunos do 5º ano nas avaliações nacionais.

Indicador e Meta



Nota média no IDEB como indicador principal, com meta de elevação de 5,0 (2024) para 6,0 (2027), com medições bianuais baseadas em dados do INEP.

Ações Monitoradas



- **Formação continuada de professores**
- **Implementação de aulas de reforço escolar**
- **Entrega de kits escolares**

Análise e Ajustes



Avaliação trimestral do progresso, com ajustes nas estratégias pedagógicas e realocação de recursos conforme os resultados parciais obtidos.

Exemplo Prático: Programa de Saúde

Programa e Objetivo

Saúde da Família para Todos, visando ampliar o acesso à atenção primária em saúde para a população municipal.

Este programa representa um eixo estratégico fundamental para a promoção da saúde preventiva e redução da demanda por serviços hospitalares de média e alta complexidade.

Indicador e Monitoramento

O principal indicador é a cobertura populacional da Estratégia Saúde da Família (ESF), com meta de elevação de 70% (2024) para 95% (2028).

Os dados são coletados através do sistema e-Gestor AB do Ministério da Saúde, permitindo comparações com médias regionais e nacionais para avaliação do desempenho relativo.

Ações Prioritárias

- Ampliação do número de equipes da ESF
- Aquisição de veículos para visitas domiciliares
- Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde
- Reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde

Formato de Tabela de Acompanhamento

Programa	Objetivo	Indicador	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Resultado Atual	Situação
Educação Básica	Melhorar IDEB 5º ano	IDEB	5,4	5,7	6,0	5,3	Em risco
Saúde da Família	Aumentar cobertura	% População coberta	80%	90%	95%	87%	Satisfatório
Infraestrutura Urbana	Ampliar pavimentação	% Vias pavimentadas	65%	75%	85%	61%	Em risco
Assistência Social	Reduzir vulnerabilidade	Famílias atendidas	2.500	3.000	3.500	2.750	Satisfatório

A tabela de acompanhamento deve ser atualizada regularmente, preferencialmente a cada trimestre, para permitir o monitoramento efetivo dos indicadores. Para cada programa que apresente status "Em risco", deve-se elaborar um plano de ação corretivo, com medidas específicas, responsáveis designados e prazos para implementação.

Dicas para Municípios de Pequeno Porte

Simplificação de Ferramentas

Utilize planilhas simples no Excel ou Google Sheets para o monitoramento, sem necessidade de sistemas complexos.

Aproveite modelos pré-configurados que podem ser adaptados à realidade local.

- **Evite redundâncias na coleta de dados**
- **Crie dashboards simples para visualização**
- **Automatize cálculos básicos de progresso**

Reuniões Estratégicas

Realize encontros trimestrais com cada setor para revisão das metas e análise dos avanços. Estas reuniões devem ser objetivas e focadas em resultados concretos.

- **Limite a duração a no máximo 2 horas**
- **Priorize os indicadores críticos**
- **Documente decisões e próximos passos**

Dicas para Municípios de Pequeno Porte

Aproveite Dados Existentes

Utilize dados que já são coletados para prestações de contas aos órgãos de controle, como TCE, SIOPE, SIOPS e CIOPE, evitando duplicidade de esforços.

- Centralize o armazenamento de dados
- Padronize a nomenclatura e métricas
- Estabeleça um calendário de coleta

Transparência e Controle Social

Promova audiências públicas semestrais para prestação de contas à comunidade, fortalecendo a participação cidadã e a legitimidade do processo de gestão.

- Use linguagem acessível nas apresentações
- Divulgue resultados no portal da transparência
- Colete sugestões da comunidade

10 Compatibilidade do PPA com as normas do Tribunal de Contas do Estado

Ambos os Tribunais reforçam que o PPA deve ser:

- Instrumento **estratégico e operacional** de governo
 - Compatível com o plano de governo
 - Integrado com LDO e LOA
 - Mensurável, avaliável e transparente

Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)

Enfoque: Estruturação técnica, integração orçamentária e monitoramento

1. Integração com LDO e LOA

- O TCE-PR orienta que o PPA deve **ser a peça central do planejamento**, funcionando como diretriz para a LDO e a LOA.
 - Exige que haja **congruência entre os objetivos estratégicos do PPA e as metas da LDO**, e que a LOA reflita as ações previstas no PPA.
- 📌 *Base legal:* Art. 165 da CF/88 e arts. 4º e 5º da LRF.

2. Estrutura Programática

- Os programas devem conter:
 - **Diagnóstico da situação atual**
 - **Objetivo geral e específico**
 - **Indicadores de desempenho**
 - **Metas quantificáveis e com prazo**
 - **Ações orçamentárias vinculadas**

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC)

Enfoque: Resultados, efetividade e transparência

1. Integração com LDO e LOA

- O TCE-SC trata o PPA como instrumento **estruturador de políticas públicas**, exigindo sua **plena vinculação com as peças anuais**.
- Avalia se os programas do PPA têm reflexo na LOA por meio das ações orçamentárias.
 - ✎ O tribunal destaca a **coerência entre as três peças** como critério de julgamento das contas.

2. Estrutura Programática

- Os programas devem conter:
 - Problemas públicos claramente identificados
 - Objetivos claros e estratégias para enfrentá-los
 - Resultados esperados
 - **Ações com previsão orçamentária**

11 PPA na prática, layout de montagem



1. Apresentação do PPA

Contexto Legal e Político

Introduza o PPA explicando suas bases legais e o cenário político atual do município.

Diagnóstico do Município

Apresente informações sobre território, população e indicadores socioeconômicos para fundamentar decisões.

Diretrizes Gerais

Descreva as orientações estratégicas do governo que guiarão a elaboração do PPA.

Metodologia de Construção

Detalhe o processo, incluindo a participação social como componente essencial para legitimidade.

2. Estrutura Programática do PPA

Programa	Descrição	Ações	Indicadores	Responsável
Educação Básica	Expansão de vagas e melhoria da qualidade.	Construção de escolas, capacitação de professores.	Taxa de aprovação escolar, evasão.	Secretaria de Educação
Saúde Comunitária	Fortalecimento da atenção primária e promoção da saúde.	Ampliação de postos de saúde, campanhas de vacinação.	Redução de doenças endêmicas, cobertura vacinal.	Secretaria de Saúde

3. Cronograma Físico-Financeiro Anualizado

Orçamento Anual

Disposição clara dos recursos financeiros por ano facilita o acompanhamento e execução.
Por exemplo, investimentos em reformas escolares são distribuídos ao longo do período 2026-2029.

Ação	2026 (R\$)	2027 (R\$)	2028 (R\$)	2029 (R\$)	Total (R\$)
Reformar escolas	200.000	250.000	180.000	150.000	780.000

4. Indicadores e Avaliação

1

Definição dos Indicadores

Escolha indicadores claros e mensuráveis para monitorar o progresso dos programas.

2

Metas Anuais

Estabeleça metas ambiciosas porém alcançáveis para cada indicador em cada ano do PPA.

3

Avaliação Contínua

Implemente mecanismos para acompanhar e ajustar ações conforme os resultados obtidos.

Indicador	Base 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029
Taxa de evasão escolar	8%	6%	5%	4%	3%

5. Anexos e Ferramentas de Suporte



Quadros Resumo

Listagem geral dos programas para rápida referência.



Ações Orçamentárias

Organizadas por função ou área para controle detalhado.



Mapa de Indicadores

Visualização georreferenciada do desempenho municipal.



Relatório de Participação Popular

Documentação das audiências públicas, enquetes e outras consultas.

Ferramentas recomendadas para facilitar a montagem e manutenção do PPA incluem Google Planilhas ou Excel com abas separadas, garantindo organização por programas, ações, metas, fontes de recurso e cronograma.

Obrigado pela participação!

LUÍS RENATO VAZ

(44) 9 9146-1422

**luisrenatovaz@hotmail.c
om**



Mais um Curso Realizado com Sucesso!

**Faça a diferença na administração pública com a gente!
Nos vemos no próximo curso!**